Ano VIII nº 87 – Dezembro – 2013

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANPT defende autonomia do MP no Conselho Nacional do Ministério Público

Foto: Ascom/ANPT

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) promoveu audiência pública para discutir a possibilidade de regulamentar os aspectos formais dos institutos da recomendação e do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito Ministério Público (MP). A ANPT participou da sessão e expôs a preocupação da entidade no sentido de que qualquer discussão envolvendo estes dois temas não adote uma linha restritiva ou limitadora.

PÁGINA 5

Brasília recebe o Fórum Mundial de Direitos Humanos

Cerca de oito mil pessoas participaram do Fórum Mundial de Direitos Humanos, realizado em Brasília entre os dias 10 e 13 de dezembro. Diversos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), juntamente com integrantes da diretoria da ANPT, acompanharam as atividades realizadas durante o evento.

Pagina 9

Foto: ASCOM/ANPT

SUBSÍDIOS

CTASP adia apreciação dos Projetos

Página 7

INQUÉRITO CIVIL

ANPT acompanha PL

Página 7

Caro Associado,

Mais um ano concluído, no qual buscamos defender de maneira incansável os interesses e direitos dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), além de diversas outras matérias nas quais, em parceria com outras entidades e instituições, buscamos atuar na defesa de matérias relevantes para todo o Ministério Público brasileiro e para o denominado "Sistema de Justiça", assim como a causas caras a toda a sociedade.

Nesta edição do Informativo da ANPT, buscamos trazer uma síntese da atuação da entidade durante a segunda quinzena de novembro e durante o mês de dezembro de 2013, merecendo especial destaque, dada sua relevância para a atuação finalística dos membros do Ministério Público, a audiência pública promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para discutir a possível regulamentação dos aspectos formais dos institutos da recomendação e do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Vale frisar o posicionamento exposto pela ANPT, na linha de manifestações apresentadas por Associados de várias partes do Brasil, no sentido de ressaltar a imprescindibilidade de se garantir o respeito à independência funcional dos membros, inclusive se tendo destacado que a nossa maior preocupação é para que qualquer discussão envolvendo tais temas não adote uma linha restritiva ou limitadora de nossa atuação.

Temos ainda nesta edição do nosso periódico a cobertura da atuação no Congresso Nacional no período, em especial no que concerne a diversas matérias que interessam a toda a categoria, a exemplo dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da recomposição do valor dos subsídios do Procurador-Geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União, assim como a proposição legislativa que se refere a possíveis alterações na legislação atinente ao inquérito civil público e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cuida da relevante questão que é a vitaliciedade dos membros do Ministério Público, sem a qual não há como se garantir o efetivo cumprimento da missão atribuída pelo constituinte aos membros do *Parquet* na defesa do regime democrático e dos direitos e garantias fundamentais.

Diversas outras matérias são também abordadas nesta edição do Informativo da ANPT, por meio do qual buscamos prestar contas, da maneira mais completa possível, acerca da nossa atuação.

Não poderíamos deixar de aproveitar a oportunidade para desejar um Feliz Natal e votos de um excelente 2014 para todos. Que o novo ano, que se aproxima, seja repleto de conquistas e realizações.

Boa leitura!

Diretoria da ANPT

CURTAS

Medalha Mérito Legislativo

A Câmara dos Deputados realizou, dia 4 de dezembro, a solenidade de entrega da Medalha Mérito Legislativo, que é destinada a autoridades, personalidades, instituições, campanhas, programas ou movimentos de cunho social, civis ou militares, nacionais ou estrangeiros, que tenham prestado serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade.

Além do presidente da ANPT, outros membros do MPT também participaram da solenidade como a procuradora do Trabalho e membro auxiliar da Comissão da Infância e Juventude do CNMP Valesca Morais do Monte, o subprocurador-geral do Trabalho Otávio Brito Lopes, além de diversas outras autoridades do Ministério Público brasileiro, como o presidente da Conamp e a vice-presidente de tal entidade, Cesar Mattar Jr. e Norma Angélica Cavalcanti, respectivamente, o ex-presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, o conselheiro do CNMP Luiz Moreira, que foi um dos agraciados com a medalha, a ex-conselheira do CNMP Cláudia Chagas, ministros de Tribunais Superiores, do Supremo Tribunal Federal, deputados Federais, senadores da República, familiares dos agraciados, representantes da sociedade civil, entre outros.

Senado aprova indicado para CNMP

O Plenário do Senado aprovou, dia 17 de dezembro, o nome do procurador Regional da República Fábio George Cruz da Nóbrega para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na manhã do mesmo dia, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa já havia aprovado a indicação, por 13 votos a favor e apenas um contrário. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, juntamente com diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), do MPF, do Ministério Público Militar (MPM) e de conselheiros do CNMP, acompanharam a sessão.

ANPT participa de posse no TSE

O ministro Marco Aurélio tomou posse no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em sessão solene realizada 19 de novembro, no Plenário do Tribunal, em Brasília-DF. Essa é a terceira vez que o ministro, que é oriundo do Ministério Público do Trabalho, é empossado no cargo, fato inédito no Tribunal. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a procuradora regional do Trabalho Regina Butrus, ex-presidente da ANPT, acompanharam a solenidade que, na mesma sessão, empossou o ministro Dias Toffoli como vice-presidente do TSE.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Marcelo Adriano da Silva
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT acompanha audiência pública no STF na qual membros do MPT manifestaram-se sobre o programa Mais Médicos

Plenário do STF

Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu, nos dias 25 e 26 de novembro, audiência pública para debater, com representantes de 23 entidades ligadas a médicos, trabalhadores, pesquisadores, sociedade civil e poder público, o Programa Mais Médicos do Governo Federal. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou a sessão, ocasião na qual dois membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) apresentaram suas considerações a respeito do programa.

O procurador do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta, que conduz inquérito sobre o programa no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (PRT-10), disse durante a audiência que é "nobre" e "necessário" suprir a necessidade de atenção básica de saúde no Brasil, mas que "isso tem de ser feito sem o comprometimento de outros valores constitucionais". Segundo ele, a investigação averigua a ocorrência de possíveis problemas e irregularidades no programa e o relatório parcial divulgado no dia 30 de outubro revela, "com muita clareza, que o que se tem de fato é uma relação de trabalho que, infelizmente, está mascarada por um programa de aperfeiçoamento, que seria uma pós-graduação, com foco no ensino, na pesquisa e na extensão". "Na prática, o que se vê, de fato, é uma relação de trabalho", frisou.

Caixeta observou que a Medida Provisória (MP) 621/2013, convertida na Lei 12.871/2013, não poderia,

Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Sebastião Caixeta manifestou-se na audiência

Foto: Carlos Humberto/SCO/STF

Ruy Cavalheiro representou a CONAP/MPT na audiência pública

arbitrariamente, contrariando os seus pressupostos, fazer configuração legal destoante do que se dá na prática. "A atividade de serviço - dos participantes do Mais Médicos - é preponderante", disse, observando que, das 40 horas semanais de dedicação do profissional, 32 são de atividade laboral.

O procurador do Trabalho disse que tentou, sem sucesso, ter acesso ao convênio entre OPAS e Cuba. "Não obtive formalmente a informação e, ao que parece, nem o governo brasileiro tem esse acesso, segundo me foi relatado pelo próprio governo", informou. De acordo com Caixeta, o ordenamento jurídico pátrio "exige" que a contraprestação do serviço seja paga diretamente a quem o presta, assim como convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O procurador do Trabalho e coordenador nacional em exercício, na ocasião, da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap) do MPT, Ruy Cavalheiro, expressou sua opinião acerca do tema. Ele fez uma completa exposição sobre a atuação da Instituição no combate às irregularidades trabalhistas no âmbito da Administração Pública, com ênfase para as questões relacionadas à área da saúde pública.

Cavalheiro enumerou dados da atuação do MPT que podem servir de subsídio ao julgamento das ações que questionam o programa no STF. O procurador lembrou que a CONAP, em nota técnica de outubro deste ano, consolidou entendimento no sentido de que o meio próprio de inserção no serviço público é o concurso, em obediência ao artigo 37, inciso II da Constituição Federal (CF), admitindo exceções somente por meio de lei própria. Lembrou também que a União se comprometeu, em acordo com o Ministério Público do Trabalho em ação civil pública que tramitou na 17ª Vara do Trabalho de Brasília, a não mais terceirizar atividades-fim.

*Confira a íntegra da matéria no *site www.anpt.org.br*

Procuradores e magistrados da 10ª Região reúnem-se para debater temas relevantes para as carreiras

Fotos: ASCOM/ANPT

Solenidade de abertura do evento

Foi realizado, dia 22 de novembro, o "XIII Encontro de Magistrados e Procuradores da Justiça do trabalho da 10ª Região". O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram do evento, que teve como realizadores, além da ANPT, o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Escola da Magistratura do Trabalho da 10ª Região e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Amatra-10).

Durante a abertura do Encontro, Azevedo Lima disse que é motivo de grata satisfação participar do evento que, segundo ele, é "extremamente profícuo", uma vez que, além de permitir o aprofundamento de discussões acerca de temas importantes para a atuação dos membros de ambas as carreiras, propicia momentos de entrosamento e estreitamentos de laços entre os profissionais, funcionando como uma reunião de trabalho ampliada e, com isso, trazendo benefícios inegáveis para a atuação profissional e cotidiana de todos os participantes. "É imprescindível que busquemos, cada vez mais, maneiras de otimizar os resultados do nosso trabalho, até porque nos vemos diante de um cenário de flagrantes e reiteradas tentativas de precarização das relações laborais e de ataques ao direito do trabalho em geral", ressaltou.

O presidente da ANPT falou, também, sobre proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que afetam diretamente os trabalhadores e a sociedade como um todo, tratando de matérias que constituem objeto da atuação dos membros da magistratura do Ministério Público trabalhistas. A título ilustrativo, ele citou o Projeto de Lei (PL) 4330/04, que visa a regulamentar a terceirização no Brasil. "Projetos como esse possuem um viés nitidamente precarizante, trazendo incontáveis e imensuráveis prejuízos para toda a sociedade. É imprescindível que intensifiquemos cada vez mais nossa atuação conjunta e concatenada para otimizarmos os resultados dessa atuação no combate às fraudes trabalhistas e à precarização das relações de trabalho em geral", completou.

O procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (PRT-10), Alessandro Santos, ressaltou que a 10ª Região é a única que realiza, periodicamente, eventos dessa natureza. "A grande importância desse evento, além de sairmos um pouco da nossa rotina consiste em nos dar a chance de trocar experiências, debater e compartilhar nossas opiniões até para melhor discutirmos as convergências entre juízes e procuradores e buscarmos avançar em eventuais divergências", disse.

Câmara dos Deputados lança Frente Parlamentar pela segurança e saúde do trabalhador

Foto: ASCOM/ANPT

ANPT participou do lançamento da Frente Parlamentar

Foi instalada, dia 27 de novembro, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar pela Segurança e Saúde no Trabalho. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, juntamente com o procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, o coordenador da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Philippe Jardim, além do outros membros da instituição, assim como parlamentares e representantes de entidades ligadas à defesa dos trabalhadores no Brasil.

O grupo, composto por diversos parlamentares, será presidido pelo deputado Vicentinho (PT-SP), que desde o inicio defende a criação da Frente. O parlamentar também é autor de diversos projetos que tratam da segurança no ambiente de trabalho. Entre outros pontos, o colegiado lutará pelo enfrentamento de problemas no emprego que geram doenças e mortes de milhares de profissionais todos os anos no Brasil.

Autonomia funcional do MP é defendida pela ANPT no CNMP

"A nossa principal preocupação é para que qualquer discussão envolvendo TACs ou recomendações não adote uma linha restritiva ou limitadora", disse o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, durante audiência pública promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dia 26 de novembro, que discutiu a possibilidade de regulamentar os aspectos formais dos institutos da recomendação e do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito Ministério Público (MP).

Azevedo Lima disse, em seu pronunciamento, que o entendimento da ANPT é no sentido de que não se mostra pertinente a regulamentação da questão que diz respeito aos TACs por meio de resolução do CNMP. Ele destacou que o MP não é o único legitimado a firmar o instrumento, já que diversos outros entes também têm legitimidade, e as restrições e limitações, seja no aspecto formal ou até no seu conteúdo, abrangeriam apenas o Ministério Público, que teria uma situação diferente das dos demais legitimados, o que, segundo ele, não se mostra salutar. "Aliás, ao se tratar de especificidades de atuação, não podemos olvidar, também, das peculiaridades verificadas entre os próprios ramos do MP e as suas atuações especializadas dento de cada ramo. Não há como se generalizar nem muito menos admitir-se que se venha a amarrar essa importante forma de atuação", destacou.

Outra grande preocupação destacada pelo procurador diz respeito a um possível desestímulo na celebração de TACs e, como exemplo, ele citou o caso da regulamentação das audiências públicas por parte do CNMP, que acabou por burocratizar a sua realização e, consequentemente, diminuiu a utilização desse instrumento. Outro aspecto relacionado a isso e que pode gerar conflitos é que, com a diminuição da celebração dos termos, aumentará o número de Ações Civis Públicas (ACPs).

Quanto à possível regulamentação dos TACs, e adentrando na discussão quanto ao conteúdo da minuta proposta, um aspecto criticado pelo procurador diz respeito ao disposto no artigo 7º, que trata das homologações dos termos pelos

Audiência Pública realizada no Plenário do CNMP

Fotos: ASCOM/ANPT

Membros do MPT acompanharam a sessão

órgãos superiores dos ramos do MP. Para o presidente da ANPT, "tal medida, na forma como proposta, em que se reporta à necessidade de o órgão superior analisar o termo para verificar se estaria adequada "a solução ensejada pelo compromisso de ajustamento de conduta´, dando-lhe poderes para determinar diligências para ´uma melhor solução do caso´ ou, o que é consideravelmente ainda mais grave, ´para inclusão ou exclusão de cláusulas do compromisso´, atenta, de maneira frontal e flagrante, contra o princípio da independência funcional, adentrando no conteúdo e no mérito da atuação finalística do membro do MP", enfatizou.

Azevedo Lima também destacou peculiaridades da atuação dos membros do MPT, citando como exemplo operações de combate ao trabalho escravo, em que não se pode aguardar o encaminhamento de TAC para homologação por parte do órgão superior, já que medidas imediatas, na maioria das vezes, precisam ser adotadas. Ele frisou, ainda, problemas de ordem procedimental, já que essa nova forma de homologação e de necessidade de submissão aos órgãos superiores paralisaria e tornaria ineficientes tais órgãos.

Ao concluir sua fala, ele ressaltou que "a principal preocupação da ANPT e dos membros do MPT é no sentido de que qualquer iniciativa que venha a tratar de TAC não adote uma linha restritiva ou limitadora dos efeitos e da validade desses instrumentos tão relevantes. O imprescindível é que o objetivo de qualquer discussão sobre o tema seja voltado para respaldar, incentivar e dar segurança à atuação do Ministério Público, nunca para o fim de restringir ou engessar tal atuação".

Durante a ocasião, o procurador do Trabalho Ronaldo Lima dos Santos, que integra junto com o subprocurador-geral do Trabalho Otavio Brito Lopes a Comissão de Juristas instituída no âmbito do CNMP para tratar da matéria, ressaltou também a sua preocupação e dos demais membros do MPT com a imprescindibilidade do respeito à independência funcional.

As conclusões e resultados da audiência serão compilados e distribuídos aos participantes e à Comissão. O grupo utilizará o material no aprofundamento dos trabalhos, voltados à elaboração de minuta de proposta de resolução sobre o tema, cuja possibilidade de regulamentação, ou não, será analisada pelo presidente do CNMP e, se for o caso, submeterá a matéria à apreciação do Plenário do Conselho.

A ANPT, após a realização da audiência pública do CNMP, enviou manifestação formal aos conselheiros e membros da Comissão tecendo considerações detalhadas acerca do seu posicionamento quanto à proposta de resolução.

Ministra Miriam Belchior discute subsídios na CTASP da Câmara

Fotos: ASCOM/ANPT

Ministra Miriam Belchior durante sua exposição

ANPT acompanhou a sessão

A ministra do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), Mirian Belchior, disse, durante audiência pública realizada dia 20 de novembro na Comissão de Trabalho de Administração e Serviços Públicos (CTASP), da Câmara dos Deputados, que o Governo é contrário à aprovação dos Projetos de Lei (PLS) 6230/2013, de autoria do Ministério Público da União, e o 6218, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que tratam respectivamente da recomposição parcial das perdas inflacionárias dos subsídios dos membros do Ministério Público da União e dos magistrados dos últimos anos. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, que acompanham de perto a tramitação das matérias na Câmara, participaram da audiência na CTASP.

A ministra revelou ter preocupação com a proposta do STF e do MPU para ampliar esse reajuste em torno de 4% para a magistratura e procuradores. Segundo ela, para o Planejamento o reajuste de 15,8% em três anos teve por objetivo o tratamento equânime entre as carreiras do serviço público. "Temos enorme preocupação com a mudança do que foi acordado no ano passado", disse.

A proposta, segundo Belchior, romperia com acordos de 2012 e com o planejamento responsável para os gastos de pessoal, colocando em risco as demais políticas públicas. Ela disse que outras categorias se mobilizaram para conseguir a ampliação do reajuste assim que a proposta do Judiciário e do Ministério Público foi protocolada no Congresso. "Isto abre esta porta que para nós é muito complicada", afirmou.

Belchior falou ainda, durante a sua apresentação, que a presidente Dilma Rousseff firmou, dia 19 de janeiro, um pacto de responsabilidade fiscal com as lideranças partidárias no Congresso para que não sejam votadas até o ano que vem novas proposições que impliquem em aumento de despesa ou novas desonerações.

Para o presidente da ANPT, "a alegação de que haveria de se garantir um tratamento igualitário, sem se poder admitir que haja qualquer acréscimo remuneratório além dos 15,8% em três anos, que foi o que se garantiu às demais categorias, deixa, propositalmente, de considerar que, em verdade, os membros do MPU não estão pleiteando sequer reajuste, mas, neste momento, querem ver garantida a reposição inflacionária à que fazem jus, até porque resta claro que já se perdeu pelo menos um terço do valor real dos subsídios se considerarmos apenas os últimos anos, o que afronta flagrantemente a garantia constitucional da irredutibilidade de subsídios, que não pode ser meramente formal".

Por outro lado, segundo o dirigente da ANPT, as demais categorias, no âmbito do Poder Executivo Federal, não apenas tiveram reposição inflacionária de suas respectivas remunerações como tiveram, inegavelmente, ganhos reais ao longo dos últimos anos. "Alegar agora que o tratamento tem de ser igual para situações absolutamente distintas soa no mínimo estranho, além de fugir a qualquer razoabilidade. Não há como se dar guarida a esse discurso que, com o devido respeito, mostra-se, em verdade, populista e demagógico, desconsiderando a situação efetiva e realmente vivenciada", esclareceu .

Ainda de acordo com Carlos Eduardo, a alegação de que teria havido acordo com os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, quando da aprovação da remuneração nos patamares aprovados pelo Congresso Nacional, com o beneplácito do Poder Executivo, no final de 2012 (e com efeitos para 2013, 2014 e 2015), "representa não um simples equívoco de interpretação, mas uma afirmação totalmente dissonante da verdade fática, o que acreditamos seja do conhecimento da ministra do Planejamento, que não pode ignorar que nunca houve esse acordo. O que ocorreu foi que, após amplo trabalho para aprovar reposição inflacionária efetiva, e não se tendo logrado êxito, não se buscou a rejeição do projeto que trazia patamares ínfimos, mas isso nem de longe pode ser interpretado como acordo", finalizou.

Logo após a audiência pública, a Associação remeteu ofício à ministra, bem como ao secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, reportando-se a diversos dos pontos abordados por ela na audiência, rebatendo-os. Manifestação em moldes semelhantes foi remetida também ao presidente da CTASP, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), e ao relator do Projeto de Lei (PL) n. 6230, que trata do subsídio do procurador-geral da República e dos membros do MPU, deputado Luciano Castro (PR-RR).

PL dos inquéritos civis e PEC da vitaliciedade são acompanhados pela ANPT na CCJ da Câmara

Foto: ASCOM/ANPT

Plenário da CCJ

Temas importantes que tramitam na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados são acompanhados, rotineira e presencialmente, pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Nesse sentido, o presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com a vice-presidente, Daniela Varandas, acompanharam dia 19 de novembro a sessão da CCJ.

Durante a ocasião, um dos projetos, que logo no início foi retirado da pauta, foi o PL 6745/2006, de autoria dos deputados João Campos (PSDB/GO) e Vicente Chelotti (PMDB/DF). O documento, se aprovado, altera os dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para instituir o controle judicial sobre os inquéritos civis, além de ampliar o rol de legitimados à instauração do inquérito civil público.

A ANPT acompanha o projeto há bastante tempo e, inclusive, já apresentou Nota Técnica, manifestando-se formal e expressamente contra a proposição legislativa a diversos deputados, o que já resultou na apresentação de voto em separado contrário à proposta e na aprovação da designação de audiência pública para discutir a matéria de maneira mais aprofundada.

A PEC 505/2010, que também tramita na CCJ, e foi apensada a PEC 291/2013, estava em pauta na mesma sessão que o PL 6745, porém não foi votada na ocasião. Para os dirigentes da ANPT, a Proposta não deve ser admitida, por estar eivada de inconstitucionalidade, uma vez que acaba com a garantia da vitaliciedade dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, a qual não poderia ser suprimida por emenda constitucional, por consistir em cláusula pétria, compondo, portanto, o núcleo imodificável da Constituição.

Apreciação dos PLs dos subsídios é adiada pela CTASP

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou, dia 27 de novembro, os trabalhos da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados. Em pauta, os Projetos de Lei (PLS) 6230/2013, de autoria do Ministério Público da União, e o 6218, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que tratam, respectivamente, dos subsídios dos membros do Ministério Público e do Judiciário da União. Apesar de todo o trabalho de articulação, os projetos foram retirados da pauta da CTASP no final da manhã.

Durante a sessão, Azevedo Lima manteve contato com diversos parlamentares, ocasião na qual entregou aos membros da CTASP, na linha do que já se tinha providenciado em relação ao presidente da Comissão e ao relator do PL 6230, manifestação da ANPT em moldes semelhantes ao que foi remetido à ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Miriam Belchior, a fim de esclarecer diversos pontos que, segundo a entidade, não foram tratados da maneira mais adequada pela ministra durante audiência pública ocorrida na sessão anterior.

Na referida audiência pública, a ministra fez uma série de considerações a respeito da questão da reposição inflacionária dos subsídios dos membros do Ministério Público da União e do Poder Judiciário. Logo após a reunião, e por discordar de uma série de questões apontadas por Miriam Belchior, a Associação remeteu ofício à ministra, bem como ao secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, reportando-se, pormenorizadamente, a diversos dos pontos abordados na audiência.

Segundo o presidente da ANPT, as considerações tratavam, primordialmente, das questões que dizem respeito ao alegado tratamento isonômico entre as categorias de agentes públicos da União, "à suposta (porém absolutamente inexistente) ocorrência de acordo com o Ministério Público da União (MPU) e o Poder Judiciário, sem se olvidar, ademais, a inegável perda do valor real dos subsídios dos membros do MPU, com todas as questões daí decorrentes, inclusive descumprimento de toda a legislação atinente à espécie, mormente o texto da Constituição Federal e, em especial, a própria garantia de irredutibilidade de vencimentos dos membros do Ministério Público".

Documento em moldes semelhantes já havia sido entregue, anteriormente, ao presidente da CTASP, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), e ao relator do PL n. 6230, que trata do subsídio do Procurador-Geral da República e dos membros do MPU, deputado Luciano Castro (PR-RR).

Conselho Administrativo do Plan-Assiste reúne-se em Brasília

O Conselho Administrativo do Programa de Saúde e Assistência Social (Plan-Assiste) do Ministério Público da União (MPU) realizou, dia 28 de novembro, reunião de trabalho do grupo. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que conduziu os trabalhos durante a reunião é, também, o presidente do Conselho.

Foram debatidas, na ocasião, diversas questões de interesse dos usuários do plano, com o objetivo de seu aprimoramento. Nesse sentido, Azevedo Lima ressaltou a imprescindibilidade de adoção, urgentemente, de todas as providências necessárias à ampliação da rede de atendimento aos usuários, inclusive em relação a estabelecimentos que prestam serviços reconhecidamente de excelência e de maior complexidade. Foi informado pelos gestores do Plan-Assiste que possivelmente ainda em dezembro deste ano ou, no máximo, até o final do mês de janeiro, irá ser concluída a disponibilização aos usuários do Plan-Assiste dos serviços prestados pela Gama Saúde, atualmente, e já há alguns anos, disponível apenas aos usuários ligados ao Ministério Público Federal (MPF), o que agora será estendido aos usuários de todos os demais ramos, os quais terão acesso a instituições de saúde de renome, a exemplo dos hospitais Sírio Libanês e Albert Einstein e o Laboratório Fleury.

Debateu-se, também, possíveis alterações envolvendo a inclusão de dependentes no plano, a exemplo de genitores de membros

Foto: ASCOM/ANPT

Reunião do grupo presidida pelo presidente da ANPT

e servidores, ainda que não se trate de pessoas oficialmente reconhecidas como dependentes para fins fiscais. Também se abordou o avanço de discussões concernentes ao suposto "auxílio-saúde", mediante crédito a ser disponibilizado aos membros e servidores do MPU, para utilização na contratação e pagamento de plano ou seguro de saúde de sua preferência, sem vinculação obrigatória com o Plan-Assiste. Tais questões estão sendo avaliadas e deverão ser objeto de estudo aprofundado por parte do Conselho Gestor do Plan-Assiste, inclusive em termos de cálculos atuariais, o que está sendo acompanhado pelo Conselho Administrativo do plano.

ANPT participa de reunião do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Foi realizada, dia 11 de dezembro, a abertura do Encontro Anual do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do evento, que teve em sua programação diversas atividades que propiciaram a discussão do tema entre os participantes, entre elas a conferência sobre "Bases epistemológicas e argumentações científicas para enfrentar o avanço do uso dos agrotóxicos e transgênicos no Brasil".

Durante sua manifestação, Azevedo Lima ressaltou o quão relevante é a realização dos trabalhos desempenhados pelo Fórum e que, por mais que a realidade atual ainda se mostre extremamente preocupante em relação ao tema, apresenta-se fundamental a atuação integrada de diversos órgãos e instituições buscando ampliar os resultados em tal temática, "que tem repercussão inquestionável não apenas nas condições de vida de um grande número de trabalhadores, inegavelmente afetada, mas também de consumidores e da população em geral, dados os amplos e nefastos reflexos da utilização de agrotóxicos atualmente verificada para toda a sociedade". Ele enfatizou, ainda, que "esse trabalho articulado e concatenado é essencial para que possamos buscar evoluir e vislumbrar um cenário mais otimista na busca de efetivas mudanças dessa absurda e mais que lamentável realidade".

Foto: ASCOM/ANPT

Mesa de abertura do evento

O presidente da ANPT ressaltou, também, alguns efeitos práticos da atuação desempenhada pelo Fórum e pelos órgãos que o integram, com a obtenção de resultados concretos e a ampliação de debates e discussões concernentes a possíveis alternativas e formas de controle do uso de agrotóxicos, a exemplo da taxação dos defensivos agrícolas e a publicação, nos rótulos dos alimentos, da quantidade de agrotóxicos a que foram eles expostos, além da criação do chamado "banco de sementes" e outras propostas discutidas e aprofundadas no âmbito daquele Colegiado. "Merece destaque a ação educativa do Fórum, porque contribui para que se dê maior visibilidade para essa grave problemática, permitindo, a partir daí, uma conscientização mais ampla da sociedade sobre o tema", destacou.

Além do presidente da ANPT, compuseram a mesa de abertura da solenidade, também, o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, o coordenador do Fórum, o procurador Regional do Trabalho Pedro Luiz Serafim da Silva, o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, e o deputado Federal Padre João (PT-MG).

Fórum Mundial de Direitos Humanos tem participação da ANPT e de seus associados

Fotos: ASCOM/ANPT

Membros do MPT participaram do FMDH

Mariane Josviak durante sua palestra

Brasília foi sede, entre os dias 10 e 13 de dezembro, do Fórum Mundial de Direitos Humanos, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com diversos órgãos e instituições. Ao longo dos dias de realização do evento, diferentes atividades foram propostas para os cerca de 8 mil participantes que vieram de várias parte do Brasil e do mundo. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, acompanharam as atividades do Fórum, assim como diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

No penúltimo dia de realização do Fórum, a procuradora do Trabalho Mariane Josviak proferiu palestra sobre trabalho decente juvenil/ programa jovem aprendiz, proposta pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Na ocasião, a associada da ANPT abordou, entre outras relevantes questões, as características do contrato de trabalho para menores.

A procuradora Mariane disse que vê a aprendizagem profissional como uma reforma especial, silenciosa, como uma forma de revolução dentro da nossa sociedade onde se dá ao jovem a oportunidade de mudar sua vida. "A arma utilizada nessa revolução é a solidariedade utilizada por todos para promover a inserção profissional e a aprendizagem profissional. Desejo que nós todos possamos promover um verdadeiro conserto social. Que, lembrando das palavras do compositor Gonzaguinha, todos nós sejamos eternos aprendizes e possamos, juntos, crescer para transformar a nossa sociedade", concluiu.

PRÊMIO DIREITOS HUMANOS

No dia 12 foi realizada, também, a cerimônia de entrega da 19ª Edição do Prêmio de Direitos Humanos, com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff. Durante o evento, ela ainda assinou um documento que regulamenta a Lei 12.847/2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Prêmio de Direitos Humanos e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

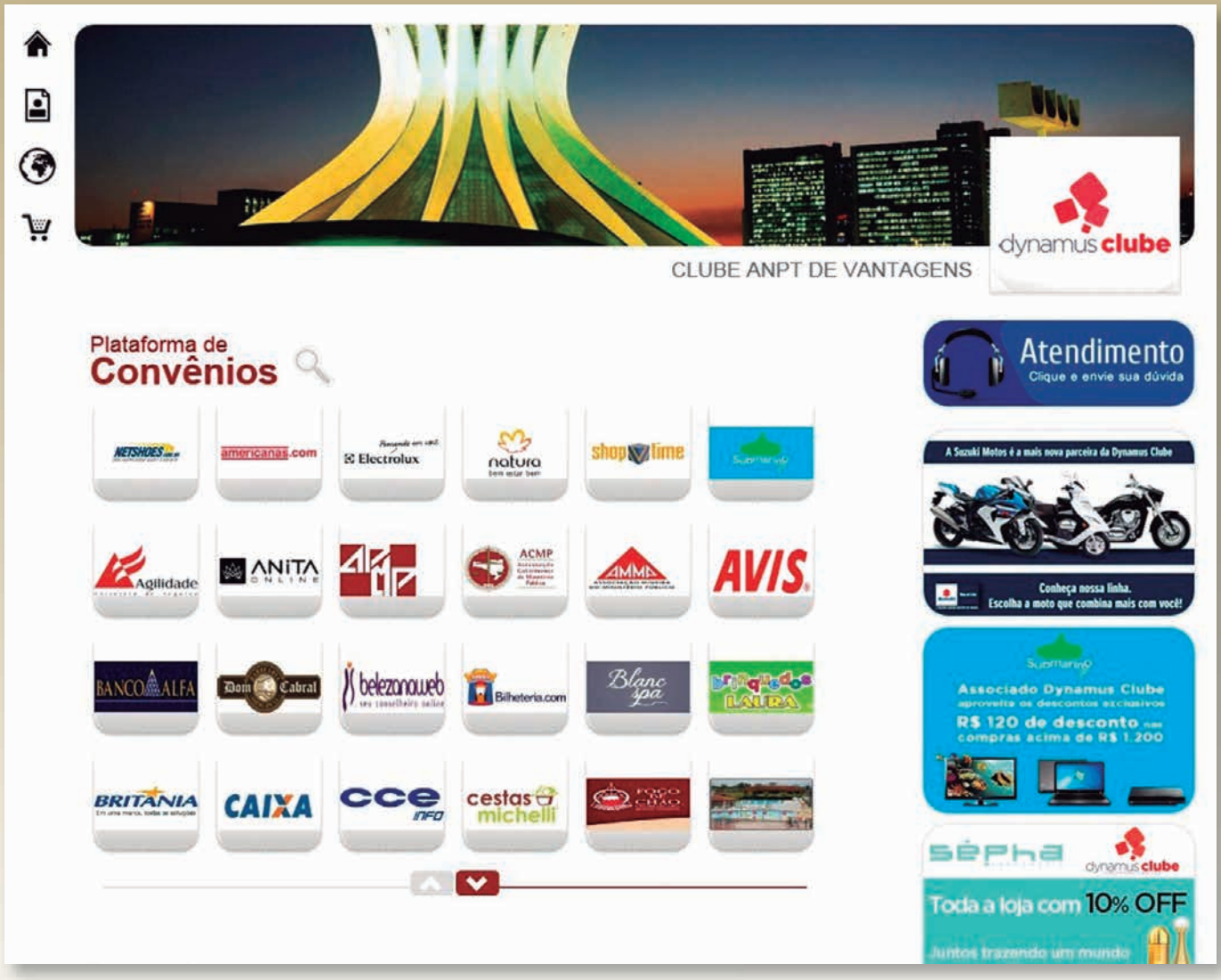
Entre os membros do Ministério Público do Trabalho que participaram do evento, além dos integrantes da diretoria da ANPT e da procuradora do Trabalho Mariane Josviak, estiveram também presentes o procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, o procurador e chefe de gabinete da Procuradoria-Geral do Trabalho, Erlan José Peixoto do Prado, o coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Coordinfância) do MPT, Rafael Dias Marques, a procuradora do Trabalho e membro auxiliar da Comissão da Infância e Juventude do CNMP Valesca Morais do Monte e a procuradora do Trabalho Renata Coelho.

PGR defere pleito da ANPT para pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, comunicou oficialmente à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), dia 2 de dezembro, acerca do deferimento parcial de pleito que esta havia formulado por meio do qual se requereu fossem refeitos os cálculos para a apuração das diferenças devidas aos associados a título de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE). No pleito, a ANPT solicitava que passasse a incluir, nos novos cálculos, os reflexos da URV sobre o principal do auxílio-moradia e a consequente repercussão em adicional por tempo de serviço e demais parcelas regularmente pagas aos membros do MPU, com incidência dos 11,98% sobre o valor do auxílio-moradia e seus reflexos no período de abril de 1994 a dezembro de 1997.

O pedido formulado pela ANPT, subscrito em conjunto com as demais entidades de classe do MPU, destacava a necessidade de inclusão dos reflexos da URV num período maior que aquele que foi deferido, mais especificamente de abril de 1994 a dezembro de 1997, sendo que o procurador-geral da República, acatando manifestação do secretário-geral do MPU, entendeu que o direito à incidência da URV estaria restrito ao período de setembro de 1994 a janeiro de 1995. Os cálculos também terão seus valores alterados em decorrência do fato de que, tomando por base o entendimento do Tribunal de Contas da União, determinou-se a alteração do índice de correção, que passa a ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a ser utilizado para a atualização monetária e que deverá majorar os valores a serem pagos aos membros do Ministério Público da União que fazem jus à percepção da PAE.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS



O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço ***www.anpt.org.br***, e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

dynamus consult
CONNECTING BUSINESS

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1105 11º andar
Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br

Empossado novo procurador-chefe da PRT-10

Foto: ASCOM/ANPT

Alessandro Santos durante seu discurso de posse

Foi realizada, dia 29 de novembro, a cerimônia de posse do novo procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins), Alessandro Santos de Miranda. O evento aconteceu na sede da PRT-10 e contou com a presença, entre outras autoridades, do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e da vice-presidente da entidade, Daniela Varandas.

O presidente da ANPT falou, na ocasião, sobre a atuação relevante que a PRT-10 tem realizado no Distrito Federal e no Tocantins, juntamente com os órgãos parceiros, tais como o Ministério do Trabalho e Emprego, magistrados e advogados trabalhistas, entidades sindicais, entre outros. Para Azevedo Lima, a aproximação com os demais Poderes e com a sociedade em geral, perseguida insistentemente pela ex-procuradora-chefe da Regional Ana Cláudia Gomes durante sua gestão, contribui significativamente para a otimização dos resultados obtidos por meio da atuação da instituição.

Ainda segundo ele, o procurador Alessandro Miranda dará continuidade a esse trabalho, a fim de assegurar as conquistas alcançadas e ampliá-las. "Sua atuação intensa é reconhecida nacionalmente, a exemplo do que se dá na busca incessante por melhorias nas condições de saúde e segurança laborais, com trabalhos de destaque desempenhados nos mais variados rincões deste País", enfatizou o presidente da ANPT, ressaltando ainda que "se muitos obstáculos se impõem ao exercício da gestão pública, não há dúvidas de que estes serão ultrapassados com maestria e brilhantismo pelo novo procurador-chefe e por sua competente equipe de trabalho", concluiu.

O novo procurador-chefe, por sua vez, agradeceu a presença de todos e também àqueles que deram força para que ele assumisse essa nova missão que é chefiar a PRT 10. "Reafirmo em público a boa vontade dessa Regional em colaborar com a Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) em tudo que for necessário. Dessa forma, contamos com apoio recíproco da PGT para continuarmos melhorando nossas estruturas físicas e de recursos humanos de modo a propiciar a excelência de nossa atuação em benefício da sociedade", afirmou.

São 31 anos, segundo Alessandro Miranda, de história viva e pulsante que fazem da PRT-10, por todo o seu qualificado quadro, ser umas das instituições mais respeitadas no Distrito Federal e no Tocantins. "De nada adianta uma chefia disposta a dar o máximo de si sem o apogeu e a colaboração e a participação ativa de todos. Ao me aclamarem procurador-chefe, os membros desta casa decidiram que a chefia é de todos. Por isso, participemos, sejamos criativos e inovadores sem medo e com coragem. Como a gestão dos nossos chefes do passado, esta também será uma gestão do ´nós´. Os desafios não são poucos e tenho certeza que as conquistas serão muitas", destacou.

Frentas discute agenda de atuação para 2014 e destaca valorização do tempo de serviço

Foto: Ascom/Anamatra

Frentas reunida com a presença da ANPT

Foi realizada, dia 18 de dezembro, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), reunião da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura da União (Frentas). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram da reunião, que teve como objetivo fazer um balanço das atividades no ano de 2013, definir a pauta de atuação para 2014 e eleger o novo coordenador da Frentas para o próximo semestre, que passa a ser conduzida por Alexandre Camanho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

O estabelecimento de uma política remuneratória adequada para as duas carreiras foi o principal assunto tratado durante a reunião. O grupo discutiu alternativas à questão da revisão dos subsídios e também a atuação da Frentas pela aprovação das propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) como componente da remuneração das carreiras.

No que diz respeito à valorização do tempo de serviço, as entidades avaliaram que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, apresentada recentemente no Senado Federal e que institui a parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço nas carreiras, deve ser objeto de modificações, para uma melhor adequação do seu texto aos anseios e necessidades dos membros das categorias, notadamente no sentido de se garantir os direitos dos aposentados e dos que vierem a se aposentar futuramente, buscando-se garantir avanços efetivos nessas discussões de maneira célere, já se estando a angariar apoios junto a diversos senadores da República nesse sentido.

35 ANOS

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1105 11º andar
Brasília/DF - CEP: 70070-904 - Fone: (61) 3325.7570
e-mail : anpt@anpt.org.br
www.anpt.org.br

facebook: AnptBrasil